

Acesso sem fio universal

O último filme do polêmico Michael Moore, *Sicko*, deixa pouca margem de dúvida sobre a necessidade de todos os cidadãos de um país terem o acesso universal ao sistema de saúde como um direito inalienável, garantido pelos seus respectivos governos. Pois bem, se esse direito inalienável representado por Moore foi chamado de “socialização do sistema de saúde”, estamos também entrando no início da discussão sobre a era da “socialização dos serviços de acesso à Internet sem fio”.

Hoje, os computadores, particularmente os portáteis, já são distribuídos nas lojas com recursos de acesso a redes sem fio. Ou seja, se os computadores já são vendidos com recursos *wireless*, o que falta é disponibilizar redes sem fio para as pessoas.

Iniciativas de redes sem fio públicas já são realidade há algum tempo e tendem a se ampliar. Aeroportos e alguns outros locais públicos freqüentados por executivos foram os primeiros a oferecer esse tipo de serviço, mas logo trataram de fechar as suas redes, cobrando pelo acesso, ou permitindo-o apenas para VIPs.

As “cidades digitais”, em sua maioria (no caso brasileiro) de porte médio ou pequeno, vieram a seguir, desenvolvendo um modelo de universalização do acesso atraente para seus cidadãos e atropelando completamente a discussão sobre se o acesso deve ser gratuito ou não, criando a gratuidade de fato. E quando é

que os governantes de cidades do porte de São Paulo ou Rio de Janeiro vão poder dizer, orgulhosos, que oferecem acesso irrestrito à Internet a todos os seus cidadãos e visitantes?

Muitas empresas e universidades, até por terem investido em uma rede cabeada, ainda vacilam na oferta ao acesso sem fio. Não podem demorar mais. Os seus funcionários e freqüentadores já reclamam de ter que precisar de cabos para fazer uma reunião numa sala específica, ou numa área aberta. A produtividade agradece.

Ah, mas isso tem um custo, pode dizer um mais pessimista. Tem mesmo. Assim como as ruas da cidade, com sua manutenção e limpeza, também têm. E tem o problema da segurança, pois numa rede gratuita todo mundo entra, pode argumentar outro. Ruas mal iluminadas também representam problemas de segurança. Mas, e se o governo não pode oferecer um acesso de qualidade a todos? Mas não se cobra pedágio para utilizar vias expressas, ao mesmo tempo em que não se cobra pelo acesso a vias mais lentas, então qual o problema em adotar modelo semelhante para as vias digitais? Além do mais, não será apenas o governo a participar dessa oferta irrestrita. Nas cidades, o custo do acesso vai ser coberto não pela cobrança de uso das “ruas e avenidas” digitais, mas nas lojas estabelecidas em suas calçadas, na prestação de serviço. Não há mais argumento contra: acesso universal e gratuito já!



Eduardo H. Diniz
FGV-EAESP